



Congresso Internacional de Administração
ADM 2021

Administração Ágil
Inovação e Trabalho Remoto

25 a 27
de outubro

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

EMENDAS PARLAMENTARES: UM ESTUDO DE CASO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM UMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA EM CONSELHEIRO LAFAIETE / MG

PARLIAMENTARY AMENDMENTS: A CASE STUDY IN ACCOUNTABILITY IN A PHILANTHROPIC INSTITUTION IN CONSELHEIRO LAFAIETE / MG

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Eliete Dias dos Santos Barbosa, FUPAC, Brasil, eliete.dias@unipac.br

Bárbara de Assis Silva - FUPAC – barbarassis10@hotmail.com

Magda Christina Fernandes de Rezende Santos – FUPAC – magdacfrsantos@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar, por meio do olhar da auditoria externa, a forma de utilização dos recursos financeiros, recebidos por uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, com atuação na área de saúde, na cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, que atende a pacientes advindos do SUS – (Sistema Único de Saúde) e outros. A instituição também possui o CEBAS (Certificado de Entidades de Assistência Social) concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços, entre outras, na área da saúde. Os recursos enviados são advindos de indicações de emendas parlamentares, avaliando os objetivos, resultados e conclusões. A metodologia aplicada foi um estudo de caso que é um método de pesquisa que utiliza de dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto, fornecendo conhecimentos profundos a respeito do tema estudado (Yin, 2014). Após análise do plano de ação, pôde concluir que a instituição apresentou resultados favoráveis, pois foi verificado o cumprimento dos procedimentos conforme previsto na legislação, consoante com os conceitos advindos da auditoria. Outrossim, a instituição utilizou as verbas estudadas, seguindo os planos de ações propostos, de acordo com os documentos apresentados e comprovação dos gastos, via cotações, ordens de compras, notas fiscais, comprovantes de pagamentos além dos dados extraídos do livro razão e extratos bancários.

Palavras-chave: (prestação de contas; emendas parlamentares; auditoria)

Abstract

This article aimed to analyze, through the perspective of external audit, the use of financial resources received by a non-profit philanthropic institution, operating in the health area, in the city of Conselheiro Lafaiete/MG, which serves to patients coming from the SUS – (Unified Health System) and others. The institution also holds the CEBAS (Certificate of Social Assistance Entities) granted by the Federal Government, through the Ministries of Education, Social and Agrarian Development and Health, to non-profit private legal entities recognized as charitable entities of social assistance that provide services, among others, in the area of health. The resources sent come from indications of parliamentary amendments, evaluating the objectives, results and conclusions. The

methodology applied was a case study which is a research method that uses qualitative data, collected from real events, with the objective of explaining, exploring or describing current phenomena inserted in its own context, providing in-depth knowledge about the topic studied (Yin, 2014). After analyzing the action plan, it could be concluded that the institution had favorable results, as compliance with the procedures as provided for in the legislation was verified, in accordance with the concepts arising from the audit. Furthermore, the institution used the funds studied, following the proposed action plans, according to the documents presented and proof of expenses, via quotations, purchase orders, invoices, payment receipts, in addition to data extracted from the ledger and bank statements

Keywords: (accountability; parliamentary amendments; audit)

1. INTRODUÇÃO

Conforme Marion (2004, p. 26) ensina que “a Contabilidade é um instrumento que fornece informações úteis para tomadas de decisões dentro e fora da empresa”. Ela compreende um sistema de informações que permite aos seus usuários maior clareza em relação à situação patrimonial e financeira da empresa. Baseando-se nos dados apresentados nas demonstrações financeiras é possível definir o planejamento de novos investimentos, análise da rentabilidade e liquidez da empresa, de certa forma, anteceder as adversidades.

Segundo Crepaldi (2004) o principal objetivo da auditoria é certificar a veracidade das demonstrações financeiras da entidade, utilizando critérios que evidenciem e assegurem os valores expostos nas demonstrações financeiras, devendo, no entanto, usar de procedimentos que permite assegurar a inexistência de valores ou fatos não constante nas demonstrações financeiras. Surgiu em decorrência do aparecimento de grandes organizações e da taxaço de imposto de renda, com base nos resultados apurados em balanço, surgindo as necessidades das confirmações dos registros contábeis. Para Franco e Marra (2007) a evolução da auditoria acompanhou o desenvolvimento econômico das organizações.

Ante a criticidade do setor contábil se faz necessário a realização de auditorias internas e externas para melhor entendimento. De acordo com Vasconcelos (2004) a auditoria demonstra a real situação patrimonial por meio da tecnologia analítica, aponta os pontos fracos, estabelece ações de forma que possam regular as atividades de maneira eficiente, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões.

Ainda, de acordo com o mesmo Vasconcelos (2004), a auditoria apresenta condutas favoráveis e desfavoráveis no processo organizacional, cujo objetivo é a busca do sucesso, desenvolvendo lideranças, ajudando no desenvolvimento de estratégias e planejamento relacionados à organização, além disso, a auditoria analisa as funções, apurando se as mesmas estão em conformidade com o planejado nas políticas estabelecidas,

Neste contexto o presente artigo, teve como objetivo geral tratar do processo da auditoria contábil em um instituição filantrópica, especificamente, na prestação de contas de recursos recebidos de Instituições Públicas, avaliando a veracidade dos registros, identificando possíveis falhas ou fraudes nos controles financeiros. Dessa forma, sustentando o que Crepaldi (2004) assegura quando diz que a auditoria estuda o exame dos documentos, livros e registros contábeis, inspeção e obtenção de evidências, internas e externas, ligadas ao controle do patrimônio, focando constatar a totalidade dos registros e suas demonstrações contábeis.

Ademais, o Manual de Procedimentos Contábeis para o Terceiro Setor (2015), assinala que organizações do Terceiro Setor, ou Organizações Não Governamentais (ONGs), são entidades de interesse social sem fins lucrativos, como as associações e as fundações de direito privado,

com autonomia e administração própria, cujo objetivo é o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos ou emergentes.

O mesmo manual cita que os recursos dessas associações são limitados, não importando o tamanho da organização, esses recursos são utilizados como instrumentos de gestão relativos às funções gerenciais de planejamento, organização, execução e controle, e são essenciais para uma gestão prospera, que precisa otimizar os recursos disponíveis e atender os anseios da sociedade.

O processo de auditoria na visão do auditor externo, buscou analisar a prestação de contas, em uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, dentro da cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, onde foi verificado os relatórios financeiros e dados da prestação de contas de 02 verbas parlamentares recebidas pela citada Instituição. Verificou-se notas fiscais, pedidos de compras, cotações e as respectivas movimentações na conta corrente da Instituição, buscando comprovação de que as mesmas atenderam ao Plano de Trabalho previamente aprovado. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, respaldado por pesquisas em livros sobre o tema de auditoria, sites relacionados com artigos científicos de auditoria externas e revistas.

No presente estudo de caso foram avaliadas duas prestações de contas, referentes a emendas parlamentares indicadas para a Instituição por meio da Portaria 3.339 de 17/12/2019, sendo uma no valor de R\$ 34.866,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais) e outra também recebida pela instituição, por meio da mesma portaria, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Demonstrou no presente estudo que os documentos apresentados referente a utilização das verbas citadas acima, estão de acordo com as normas estabelecidas de prestação de contas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A auditoria e seu contexto dentro da contabilidade

De acordo com Franco e Marra (2007), a auditoria surgiu na Inglaterra por volta do século XIV ano de 1314, uma vez que o país era dominador e controlador do comércio mundial na época, foi o primeiro a instituir a taxaçoão do imposto de renda baseado no lucro das empresas. Já no Brasil de acordo com Souza (2010) o surgimento se deu mais significativamente no final da Segunda Guerra Mundial, quando começou com a entrada de multinacionais no Brasil, filiais das que existiam na América do Norte e Europa, em contraponto Sá (2002) registra que:

A auditoria passou a ser obrigatória para todas as empresas que, em nosso país, achavam-se com suas ações colocadas em nosso mercado de capitais e, por conseguinte, com registro de emissão no Banco Central do Brasil. Muitos líderes colaboram para que isto ocorresse, mas o governo se deveu, em grandes parte, a perspectiva, ou seja, a necessidade de dar cunho de grandes seriedade aos balanços. No ano de 1977 surgiu em Brasília a Ordem dos Auditores Independentes do Brasil, que em 1978 já era a instituição que congregava maiores números de auditores do País (SÁ, 2002, p. 19).

O processo de auditoria contábil, conforme ATTIE (2018) visa analisar os dados obtidos nas demonstrações financeiras, que engloba a verificação documental e dados contábeis. Estas informações podem ser obtidas interna ou externamente tendo relação com o patrimônio e os registros financeiros da empresa. Este processo é essencial para as empresas de todos os segmentos, pois analisa com precisão os registros contábeis.

Baseado na LEI Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000 as principais demonstrações financeiras que deverão ser apresentadas ao final do exercício são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016) o processo de auditoria é de fundamental importância para analisar os processos internos e externos, pois estuda e avalia as transações, procedimentos, operações, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade. A auditoria constitui a apresentação de procedimentos técnicos, consoante aos princípios da Contabilidade e de acordo com a legislação.

Diante do que foi mencionado, pode-se observar que a auditoria não é voltada apenas para as grandes organizações, mas também está sendo amplamente difundida nas pequenas e médias empresas, e o papel do auditor, precisa ser muito bem definido e esclarecido nas entidades. Desta forma, a diferença entre os tipos de auditoria se dá basicamente entre auditoria interna e externa.

2.2 Auditoria externa e Auditoria interna

Esses tipos de auditorias têm suas utilizações pelos gestores e são relevantes instrumentos que contribuem para o crescimento das organizações.

Como relata Crepaldi (2004, p. 23), a Auditoria tem como objetivo principal, “o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparadas pela companhia auditada”. Assim, na consecução dos seus objetivos, a auditoria contribui para confirmar os próprios fins da contabilidade, visto que avalia a adequação dos registros, oferecendo à administração, ao governo e aos acionistas e partes interessadas a convicção de que as demonstrações refletem, ou não, a situação do patrimônio em determinada data e suas variações em certo período. Franco e Marra (2007).

A auditoria externa ou independente surgiu com a evolução do sistema capitalista. Com a evolução do mercado e a concorrência as empresas necessitaram desenvolver tecnologias aprimoradas e controles nos procedimentos internos em geral, principalmente buscando a redução dos custos e tornar mais competitivo os produtos a serem colocados no mercado. Souza(2010). A auditoria busca autonomia em sua exploração, o que é asseverado por Sá (2002)

A Auditoria feita por profissional liberal não empregado da empresa ou entidade que verifica. As auditorias externas são quase sempre promovidas por empresas de profissionais ou por entidades especiais, visando sempre a penetrar nas empresas com a independência necessária para pesquisar. (SÁ, 2002, p.40).

A auditoria interna tem como objetivo assessorar a administração quanto ao desempenho das atribuições definidas para determinadas áreas da empresa, medindo os controles internos da organização e a qualidade dos registros, avaliando a eficiência e eficácia de outras ações, observando, inquerindo, discutindo, checando e propondo alterações e procedimentos, trabalhando na percepção e precaução de fraudes e erros. Almeida (2017).

Segundo Alves (2015) “nos anos 60 a Auditoria interna focalizava-se nas atividades operacionais como reação à tendência da auditoria interna tradicional para cobrir os aspectos

financeiros e reproduzir, numa perspectiva interna, a auditoria financeira.” O mesmo autor registra que esse tipo de auditoria surgiu da necessidade de controlar os registros contábeis e financeiros, assim como muitos outros fatores ocorridos na origem e evolução da auditoria. Souza (2010) registra que a aceleração se deve ao fato de que em decorrência da revolução industrial ou até mesmo da taxaço do imposto de renda baseado nos resultados apurados em balanço das empresas, trazendo um crescimento com foco nesse tipo de auditoria.

Desta forma, a auditoria tornou-se grande aliada na gestão, sendo uma ferramenta de suma importância utilizada pelo auditor para suporte das organizações, colaborando para uma melhor performance das atividades, ajudando as pessoas responsáveis dentro da empresa auditada, verificando as formas como desempenham suas funções, o grau de comprometimento, os controles existentes, tanto em níveis operacionais quanto na gestão, visto que são fatores indispensáveis na emissão de um parecer correto, evitando contratempos potenciais. Almeida (2017)

2.3 O processo de auditoria contábil

Conforme Attie (2018) o processo de auditoria contábil visa analisar os dados obtidos nas demonstrações financeiras, que engloba a verificação documental e dados contábeis. Estas informações podem ser obtidas interna ou externamente tendo relação com o patrimônio e os registros financeiros da empresa. A empresa que adota essa prática como rotina, terá dados informações mais concretas, transparentes e seguras sobre a real situação financeira podendo identificar inconsistências e falhas nos processos.

O setor de contabilidade é de grande importância para a empresa pois controla o patrimônio, avalia todas as despesas e receitas realizadas pelos diversos setores e auxilia em tomada de decisões. Os processos contábeis devem ser sempre bem definidos e executados, a fim de proporcionar relatórios financeiros confiáveis e concretos. Segundo Araújo (2007) o objetivo da Contabilidade é o estudo do patrimônio, visando evidenciar os fatos que afetam o capital das organizações.

Para que o setor de Contabilidade apresente com confiabilidade e segurança os dados dos demonstrativos financeiros, é necessário que seja realizado auditorias periódicas, as quais deverão passar por um processo de auditoria contábil avalia a situação financeira da empresa que permite atestar a precisão dos registros contábeis, identificar falhas de controle ou mesmo fraudes e irregularidades na gestão e, sendo realizada a partir do exame de documentos contábeis e de inspeções internas, contando ainda com a apuração de informações junto a fontes externas dos principais demonstrativos financeiros como a DFC (Demonstração de fluxo de caixa), o balanço patrimonial e DRE (demonstração do resultado do exercício) . Por seus atributos, os processos de auditoria formam uma opinião baseada na realidade financeira da empresa, com segurança, transparência e equidade. Attie (2018)

2.4 Controle Interno

Almeida (2017, p.42), assevera que “o controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução da empresa”.

O Instituto de Auditores Internos do Brasil, IIA Brasil (2019), registra que controle interno deve promover ações do conselho e da administração para atingir seus principais objetivos, quais sejam: a integridade e valores éticos, filosofia dos modo operacional da administração,

arcabouço organizacional, função de autoridade e responsabilidade, além das políticas e práticas de recursos humanos e competência do pessoal.

A filosofia do administrador irá determinar a capacidade de implantar sistemas de controle que apresentem condições favoráveis para a empresa, atendendo suas particularidades. Em administração, segundo Chiavenato (1993), existem três significados para a palavra controle, que são: Controle como função restritiva e coercitiva, que serve para limitar certos comportamentos indesejáveis; Controle como sistema automático de regulação cujo objetivo é manter um grau de fluxo de um sistema, dentro de mecanismos que previnem desvios e irregularidades e Controle como função administrativa onde parte do processo administrativo é planejado e organizado pela direção.

É fundamental a implantação de sistema de controle interno eficiente para averiguar informes e suas dimensões ficando claro que a responsabilidade pelo controle interno é da administração da empresa e, o auditor é responsável somente em certificar a veracidade das informações repassadas por esse controle. IIA Brasil (2019)

2.5 Entidades Sem Fins Lucrativos e a Prestação de contas

De acordo com o CRC (2020) em sua obra intitulada Contabilidade do 3º Setor para as Entidades Sem Fins Lucrativos e Templos Religiosos, as entidades sem Fins Lucrativos são entidades de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa.

Além disso, Rocha Junior et. al. (2015) asseveram que esse tipo de entidade assume um relevante papel na atualidade, devido seu caráter beneficente, filantropo dentre outros, e contribuem de forma significativa para o desenvolvimento social e econômico do país.

Na prestação de contas, a entidade deve cumprir as exigências específicas de cada órgão, para encaminhar somente dados necessários. Grazioli (2015) sugere algumas instruções para um bom processo de prestação de contas como: o “plano de trabalho” que é o relatório em que a entidade deve demonstrar as ações previstas; relatório de atividades que é um documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos no período da gestão, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva implementação do plano de trabalho, demonstrações financeiras e previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000. As informações bancárias devem ser apresentadas conforme exigências, relatório de auditoria independente, entre outros.

3. METODOLOGIA

A partir do levantamento bibliográfico desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e caracterizada como estudo de caso. Foi realizado com objetivo de demonstrar a natureza e aplicação das prestações de contas de verbas parlamentares e confrontar as teorias abordadas de acordo com pesquisas em livros, artigos e revistas em geral que falam sobre auditoria e auditoria contábil, conforme conceitos descritos por autores renomados em artigos acadêmicos e livros de auditoria, de modo a contribuir para a consolidação do conhecimento acadêmico nesta área de estudo.

Ademais, para Marconi e Lakatos (2021) a pesquisa bibliográfica é tratada como um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que funciona como instrumento confiável, onde o pesquisador através de levantamentos de dados de variadas fontes dispõe de

referencial para a fundamentação da solução do problema investigado ou da hipótese formulada.

Quanto ao estudo de caso, a despeito de sua limitação ressaltada por alguns autores, tendo em vista que os resultados encontrados pelo pesquisador não podem ser generalizados, percebeu nos estudos teóricos de Yin (2014), para explicitar o estudo de caso como uma das maneiras de fazer pesquisas em ciências sociais, e na perspectiva do autor, como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento.

O presente estudo de caso ocorreu no período de fevereiro a junho de 2021, a coleta de dados da pesquisa foi realizada por meio de estudo das prestações de contas referentes a verbas parlamentares indicadas para a Instituição por meio da Portaria 3.339 de 17/12/2019 do Ministério da Saúde, que estabelece recurso do bloco de custeio das ações e serviços públicos de saúde - grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar a ser disponibilizado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Destacando-se que as indicações das emendas parlamentares, foram feitas para a Instituição em estudo sendo: uma no valor de R\$34.866,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais) e outra por intermédio da mesma portaria, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

A Instituição estudada é filantrópica, sem fins lucrativos, que atende na cidade de Conselheiro Lafaiete/MG. A instituição também possui o CEBAS (Certificado de Entidades de Assistência Social) - concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços, dentre outras a área saúde. E, mais de 80% de seus atendimentos são realizados a pacientes advindo do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme consta da estatística da entidade para o ano de 2020.

As prestações de contas são compostas por um plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, e contém, dentre outras informações, os objetivos, a origem do recurso, a identificação de cada ação, relatório de despesas contendo documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização, de acordo com as finalidades indicadas no plano de trabalho, demonstrações financeiras, informações de extratos bancários. O que possibilitou quantificar e qualificar os dados, além de avaliar por meio dos procedimentos da auditoria externas, as práticas aplicadas e se as mesmas atendem as normas específicas.

Na análise de documentos, foram avaliados as ocorrências do processo, o que tornou-se necessário pontuar cada informação colhida, dentro do processo da análise na visão do auditor externo. Sendo elas:

- **PLANO DE AÇÃO:** É um documento elaborado ao receber a indicação da emenda parlamentar, onde constas informações da destinação e utilização do recurso que disponibilizado. Ambos planos de ação foram analisados e concluiu-se que abrangem corretamente todas as informações e dados necessários para a elaboração do mesmo.

- **RESOLUÇÃO:** É a aprovação do plano de ação, baseado na Lei 3.470 do Município de Conselheiro Lafaiete, onde o Conselho Municipal de Saúde, autoria por meio de portarias a execução do plano apresentado pela Instituição, na avaliação da auditoria externa realizada, verificou-se que estavam de acordo com o informado e com isso se deu o prosseguimento a para utilização dos recursos.

- **EXTRATOS BANCÁRIOS:** Após a aprovação do plano de ação, conforme descrito na portaria foi necessário a abertura de uma conta corrente especifica para depósito dos numerários, uma vez que, quando da prestação de contas, demonstrou-se tão somente valores depositados, no Banco do Brasil, especificamente, para cada uma das indicações. Para comprovação das movimentações são apresentados os extratos bancários durante a vigência da utilização da emenda parlamentar.

- **DEMONSTRATIVO FÍSICO-FINANCEIROS:** Neste demonstrativo consta a execução do plano de ação, que, especificamente para ambas as emendas, foram voltados ao custeio da Instituição, conforme previsto em legislação específica, os recursos, foram gastos na compra de medicamentos, oxigênio, pagamento de terceiros (laboratório, energia elétrica, aluguel, água, esgoto, telefonia, exames de imagem, e outros).

O extrato bancário da prestação de contas, relacionado a verba de R\$500.000,00 para o período 09/2020, foi comparado com o mesmo período nos dados de Demonstrações físico-Financeiras, a figura 1 registra o Extrato Bancário da conta corrente no Banco do Brasil referente ao período de 31/08/2020 a 09/08/09202.



Consultas - Extrato de conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência 504-5
Conta corrente
Período do extrato 09 / 2020

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
31/08/2020		0000	00000 000	Saldo Anterior			0,00 C
01/09/2020		0000	13105 393	TED Transf. Eletr. Disponiv	90.101	102,05 D	
				756 4027 033102512000118 CLINICA DE UL			
01/09/2020		0000	00000 791	Resgate Fundo	32	102,05 C	0,00 C
03/09/2020		0000	14175 976	TED Estornos, Restituições	492.645.998	850,00 C	850,00 C
				756 3214 17441839000168 BMG DISTRIBUID			
08/09/2020		0000	13105 109	Pagamento de Boleto	90.801	195,00 D	
				OXIGENIO CENTRAL MINAS DE GASES INDUST			
08/09/2020		0000	13105 109	Pagamento de Boleto	90.802	190,00 D	
				OXIGENIO CENTRAL MINAS DE GASES INDUST			
08/09/2020		0000	13105 393	TED Transf. Eletr. Disponiv	90.803	2.809,60 D	
				033 3104 019717578000191 SOCIEDADE HOS			
08/09/2020		0000	13105 109	Pagamento de Boleto	90.804	575,00 D	

Figura 1 Extrato Bancário - Banco do Brasil - período de 31/08/2020 a 09/08/09202.

Fonte: Prestação Contas – verba parlamentar (2021)

Constatou-se que os dados informados no demonstrativo físico-financeiro estavam correspondentes ao extrato bancário enviado do mesmo período, contendo os mesmos valores e mesma datas em ambos documentos, conforme pôde ser verificado na Figura 2: parte do Demonstrativo físico financeiro – verba R\$500.000,00

29	01/09/2020	33102512/0001-18	Examinar - Clínica de ultrasson	01/09/2020	102,05
33584	18/08/2020	05444862/0001-24	Oxigênio Central Minas de Gases Industriais e	08/09/2020	195,00
33657	21/08/2020	05444862/0001-24	Oxigênio Central Minas de Gases Industriais e	08/09/2020	190,00
1986	31/08/2020	19717578/0001-91	Sociedade Hospital Queluz	08/09/2020	2.809,60
33623	19/08/2020	05444862/0001-24	Oxigênio Central Minas de Gases Industriais e	08/09/2020	575,00

Figura 2: parte do Demonstrativo físico financeiro – verba R\$500.000,00
Fonte: Prestação Contas – verba parlamenta (2021)

No que tange a indicação no valor de R\$34.866,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais) do plano de trabalho, a avaliação realizada no livro razão, que, conforme Iudícibus et al. (2011), no Livro Razão, as contas são utilizadas separadamente para representar cada tipo de elemento que compõe o Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Despesas ou Receitas. Cada uma dessas contas será distinguida das demais por sua denominação, desta forma, o livro razão consta o registro das contas de forma individualizada, viabilizando um controle por cada tipo de conta. A figura 01 demonstra todas as movimentações durante o período de utilização da verba, destacando todas as entradas, saídas e saldo restante.

RAZÃO						
Data	Lote	Histórico	Cta.C.Part.	Débito	Crédito	Saldo-Exercício
Conta:	991 -	1.01.10.30.004	Verba Portaria nº 3339/2019			
		SALDO ANTERIOR				0,00
31/01/2020	8582	RECEBIMENTO DE RECURSO	409	34.866,00		34.866,00d
31/01/2020	8583	APLICAÇÃO FINANCEIRA	994		34.866,00	0,00
10/02/2020	6834	RESGATE APLICAÇÃO FINANCEIRA NESTA DATA	994	84,00		84,00d
10/02/2020	6833	PAGAMENTO DE TARIFA BANCÁRIA	223		84,00	0,00
20/02/2020	6837	RESGATE APLICAÇÃO FINANCEIRA NESTA DATA	994	4.543,63		4.543,63d
20/02/2020	6835	PAGAMENTO CONF NF 173 ML SERVIÇOS MEDICOS	568		3.829,23	714,40d
20/02/2020	6836	PAGAMENTO CONF NF 199 CLINICA DE REABILITAÇÃO	840		714,40	0,00
21/02/2020	6846	RESGATE APLICAÇÃO FINANCEIRA NESTA DATA	994	19.456,99		19.456,99d
21/02/2020	6838	PAGAMENTO CONF NF Nº 101 FATOR RH SERVIÇOS	848		3.880,08	15.576,91d
21/02/2020	6839	PAGAMENTO CONF NF 117 FAA SERVIÇOS MEDICOS	569		4.524,21	11.052,70d
21/02/2020	6840	PAGAMENTO CONF NF 533 AVM - SERVIÇOS MEDICOS	849		627,38	10.425,32d
21/02/2020	6841	PAGAMENTO CONF NF 488 MRN CLINICA MEDICA LTDA	811		10.383,52	41,80d
21/02/2020	6842	PAGAMENTO DE TARIFA BANCÁRIA	223		10,45	31,35d
21/02/2020	6843	PAGAMENTO DE TARIFA BANCÁRIA	223		10,45	20,90d
21/02/2020	6844	PAGAMENTO DE TARIFA BANCÁRIA	223		10,45	10,45d
21/02/2020	6845	PAGAMENTO DE TARIFA BANCÁRIA	223		10,45	0,00
27/02/2020	6849	RESGATE APLICAÇÃO FINANCEIRA NESTA DATA	994	2.741,25		2.741,25d
27/02/2020	6847	PAGAMENTO CONF NF 12 CLINICA DE	838		2.730,80	10,45d

Figura 01 – parte do Livro Razão verba no valor de 34.866.00
Fonte: Prestação Contas – verba parlamentar (2021)

Constatou-se na avaliação do livro razão que os dados informados no plano de ação, resolução e demonstrativos contábeis estão dentro do que reza a legislação para a prestação de contas, com destinação e recebimentos conforme programados.

Ainda, com relação as demonstrações financeiras, foram analisadas as notas explicativas, partes integrantes dos controles financeiros, o nas mesmas foram verificadas que abarcam

informações complementares àquelas apresentadas no balanço patrimonial, nas demonstrações de resultado, e demais demonstrativos financeiros. Registrou-se que na prestação de contas da verba de R\$500.000,00 havia ocorrido um desconto no valor pago do boleto para o escritório de contabilidade CJR conforme comprovado na nota fiscal e no boleto de pagamento, que a diferença dos valores, foram registradas e lançada a não conformidade, para futura apreciação do Conselho Municipal de Saúde, outras informações pertinente as notas explicativas foram apresentadas e comprovadas.

Os valores pagos referente as tarifas bancárias e os valores recebidos a títulos de aplicação dos valores, foram apurados e lançados conforme previsão legal.

Na avaliação final dos processos foram também analisados os dados referentes as ordens de compras, realizadas após cotações de no mínimo 03 fornecedores e verificado a definição de melhor oferta para realização da compra, baseando-se na especificação detalhado do item. Foi elaborado o pedido de compra contendo descrição minuciadas, quantidades, valores, fornecedores, forma de pagamento, e tempo de entrega.

Também foram analisadas todas, as notas fiscais e comprovantes de pagamentos buscando a lisura dos processos. Os pagamentos foram realizados por meio de quitação dos boletos debitados diretamente da conta ou realizados por meio transferências eletrônicas disponíveis (TED's).

Importante ressaltar, que conforme o CONASEMS (2021) as verbas ou emendas parlamentares são subordinadas a normas rígidas quanto ao seu conteúdo e objetivos, estabelecidas pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF-Lei Complementar 101/00) e Lei 4.320/64, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços cujo objeto de regulação feita por resoluções do Congresso Nacional destinados valores a titulo de custeio cujo recurso disponibilizado terá sua utilização para os fins informados no plano de ação e que em ambas os processos de recebimento e destinação dos valores a instituição cumpriu o preconizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dados relacionados às prestações de contas das emendas indicadas para a Instituição por meio da Portaria 3.339 de 17/12/2019, especificamente, uma no valor de R\$ 34.866,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais) e outra também recebida pela instituição, por meio da mesma portaria, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), estarão disponíveis no *site* da instituição e serão de acesso a qualquer pessoa interessada para verificação e comprovação dos gastos e utilização dos valores recebidos conforme preconiza legislação vigente.

Ademais, este artigo foi desenvolvido com o propósito de mostrar a importância das auditorias dentro das organizações, e, especificamente, dentro de Instituições Beneficentes, assinaladas como filantrópicas, observando o conhecimento e aplicação das normas internas e externas, visando sempre a aplicação correta dos gastos, ressalte-se também que todos os dados aqui apresentados, são públicos e os mesmos podem ser consultados a qualquer momento dentro da instituição ou nas plataformas do Governo, específicas para este fim.

A auditoria realizada nas duas verbas parlamentares apresentou resultados favoráveis, quando avaliado os planos de trabalhos, sistema de cotações, ordem de compra, comprovantes de pagamentos, notas fiscais e os devidos lançamentos no livro razão comparando-o com os demonstrativos físicos-financeiros e os devidos extratos bancários, onde foi verificado o cumprimento de todos os protocolos de acordo com as leis previstas para este setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. C.(2017) **Auditoria**. São Paulo: Atlas.
- Alves, J. J. S. (2015) **Princípios e prática de auditoria e revisão de contas**. 1º Ed. Sílabo
- Araújo, I. P. S. (2007) **Introdução à Contabilidade: atualizada em conformidade com a Lei n.11.638/2007**. 3. ed. São Paulo: Saraiva.
- Attie, W. (2018) **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Brasil. **Lei nº 11.638**, 28 de dezembro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> acesso em 24-04-2021
- Chiavenato, I.(1993) **Introdução à teoria geral da administração**. 4.ed. São Paulo: Makron Books.
- CONASEMS - **Utilização de Recursos Provenientes de Emendas Parlamentares**. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/juridico/utilizacao-de-recursos-provenientes-de-emendas-parlamentares/>> acesso em 24-04-2021
- Crepaldi, S. A.(2004) **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 2.ed.São Paulo: Atlas.
- Crepaldi, S. A.; Crepaldi, G. S.(2016). **Auditoria Contábil**. 10. ed. São Paulo: Atlas
- Franco H.; Marra E.(2007) **Auditoria Contábil: Normas de Auditoria; Procedimentos e papéis de trabalho; Programas de Auditoria; Relatórios de Auditoria** 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Grazziolli et al (2015) **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor**. Disponível em <https://antigo.plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terceiro_Setor.pdf> acesso em 25-03-2021
- IIA Brasil – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Disponível em <<https://iiabrasil.org.br/noticia/negocios-em-foco-brasil-recebera-executivo-considerado-referencia-mundial-em-controles-internos>>. acesso em 23-07-2020
- Manual de Prestação de Contas nas Entidades Setor Não Lucrativo: Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Manual_de_Presta%C3%A7%C3%A3o_de_Contas_nas_Enti/h8pAwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0>. Acesso em 06-04-2021
- Marconi, M. A; Lakatos E.M. (2021) **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas.
- Marion, J. C. (2004) **Contabilidade Básica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas.
- Plataforma Mais Brasil. **Manual de procediemntos para o terceiro setor**: Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/plataforma-mais-brasil/ajuda/manuais-e-cartilhas/arquivos-e-imagens/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terceiro_Setor.pdf> acesso em 17-06-2021.
- Portal da contabilidade . **Manual de auditoria contábil**: disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/auditoria.htm>>. Acesso em 23-03-2021
- Portal de Auditoria. **Função e importância da auditoria interna nas corporações**: disponível em <<https://portaldeauditoria.com.br/funcao-e-importancia-da-auditoria-interna-nas-corporacoes/>>. Acesso em 23-03-2021
- SÁ. A. L.(2002) **Curso de Auditoria** 10 ed. São Paulo: Atlas.
- SOUZA, L. A. A.; et al (2010) **Auditoria: uma abordagem histórica e atual**. *Revista de Administração em Saúde*. Vol. 12, Nº. 47.

Tribunal de contas da União. **Auditoria Financeira**: disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/control-externo/normas-e-orientacoes/normas-de-fiscalizacao/auditoria-financeira.htm>>. Acesso em 13-04-2021

Vasconcelos, Y. L. (2004) **A importância da auditoria interna no processo decisório das empresas**. 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 205 p.